

Sociologias

Sociologias

ISSN: 1517-4522

ISSN: 1807-0337

revsoc@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Caprara, Bernardo
Thomas Piketty e "O Capital no Século XXI": da economia política à Sociologia contemporânea
Sociologias, vol. 19, núm. 44, 2017, pp. 424-439
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86851150023>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org

UFRGS redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

**Thomas Piketty e “O Capital no Século XXI”:
da economia política à Sociologia contemporânea**

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

BERNARDO CAPRARA*

Resumo

O tema da desigualdade tem uma larga tradição de análise nas Ciências Sociais. Até o final do século XX, a desigualdade econômica ocupava boa parte dessas discussões. De lá para cá, as desigualdades passaram a ser vistas como multidimensionais, mas permanece relevante o estudo da distribuição desigual de renda, riqueza e capital. A obra “O Capital no Século XXI”, do economista francês Thomas Piketty, publicada em 2013, na França, e em 2014, no Brasil, envereda por esse caminho e ilumina novas indagações sobre a atualidade e os rumos da desigualdade econômica. Esta resenha crítica objetiva apresentar as principais contribuições do autor para o debate público e acadêmico. Além disso, ambiciona refletir sobre uma agenda para a Sociologia atual, desde a importância de entender como ocorre a gênese e a legitimação da reprodução das desigualdades de oportunidades no nosso tempo.

Palavras-chave: Thomas Piketty. Desigualdade econômica. Sociologia.

* Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil.

Thomas Piketty and “Capital in the 21st Century”: from political economy to contemporary sociology

Abstract

The issue of inequality has a long tradition of analysis in the Social Sciences. By the end of the twentieth century, economic inequality predominated in these discussions. Since then, inequality became deemed as a multi-dimensional subject, although the study of unequal distribution of income, wealth and capital remains relevant. The seminal work of the French economist, Thomas Piketty, “Capital in the 21st Century”, published in 2013, in France, and in 2014 in Brazil, raises new questions on the current state and the future of economic inequality. This review aims to present Piketty’s main contributions to the public and academic debate within the political economy. Moreover, it aims to consider an agenda for the current critical sociology, based on the need to understand the genesis and legitimating mechanisms of the reproduction of inequality of opportunities in the present time.

Keywords: Thomas Piketty. Economic inequality. Sociology.

O início do século XXI consolidou as sociedades de mercado capitalista como hegemônicas em quase todo o planeta. As Ciências Sociais assumiram que as discussões sobre desigualdade não poderiam se manter apenas no foco econômico, considerando que existem múltiplas dimensões de desigualdade. Com isso, passou-se a falar em desigualdades de oportunidades em diversas esferas, desde as relações entre os sexos até as questões étnicas, geracionais e etc. (Therborn, 2011).

De todo o modo, as antigas questões sobre os conflitos entre capital e trabalho e as desigualdades que incorrem nessas formações sociais vêm ganhando novos espaços. Dados e estudos podem até divergir sobre se estamos assistindo a um crescimento das desigualdades de riqueza e renda, ou se estamos numa das épocas menos desiguais da história, reduzindo a pobreza como nunca, mas as investigações sobre o tema permanecem relevantes (Milanovic, 2012).

É por este caminho controverso que segue uma das obras mais polêmicas desde o seu lançamento, em 2013, na França, e em 2014, no Brasil. “O Capital no Século XXI”, fruto de um intenso e aprofundado estudo do economista francês Thomas Piketty, tem se configurado como uma obra acadêmica localizada no centro dos debates públicos. O livro divide-se em quatro partes: a primeira aborda o necessário refinamento conceitual das noções de renda, riqueza e capital; a segunda traz um vasto histórico das relações entre renda e riqueza e crescimento econômico, numa gama de países; a terceira parte contém o argumento teórico do autor, naquilo que ele define como a estrutura da desigualdade nas sociedades capitalistas; e, por fim, a quarta parte discorre sobre as possíveis soluções para o problema da desigualdade, a partir da busca por um novo Estado social e novas estratégias políticas regionais de tributação da riqueza.

Como estudioso da temática, interessa-me resenhar o importante trabalho de Piketty exaltando as qualidades intrínsecas à construção da série de estatísticas sobre renda e riqueza e crescimento econômico, além da sua elaboração teórica. Porém, para a Sociologia atenta à vida contemporânea, parece central a indagação que tira dos números a exclusividade explicativa, procurando identificar como ocorre a gênese e a legitimação da reprodução das desigualdades sociais na vida de todos nós, dia após dia, de maneira opaca e intransparente, como diria Jessé Souza (2012, 2015).

O leitor deve cobrar dessa resenha, portanto, o cumprimento de dois objetivos. Em primeiro lugar, a oferta de um desenho fidedigno e organizado acerca das qualidades inegáveis da obra de Piketty. Em segundo lugar, o apontamento de uma agenda proeminente para as pretensões de uma Sociologia crítica atual, que ambiciona investigar as facetas mais relevantes dos fenômenos sociais que se relacionam ao tema das desigualdades.

Sobre “O Capital no século XXI”

Com uma narrativa simples e bem articulada, repleta de dados históricos, a obra remonta a história do capitalismo na visão da economia política. O autor argumenta que, no século XX, o fomento de um mundo mais igual consistiu num ponto fora da curva do capitalismo. Deveu-se às grandes guerras, ao sucesso das mobilizações dos trabalhadores e a outros elementos pontuais (Piketty, 2014, p. 233).

Para dar a largada nos debates sobre desigualdade no capitalismo, trata-se de duas categorias: renda e riqueza. A renda consiste no aspecto que atrai grande parte dos pesquisadores, mas a obra busca investigar os rendimentos gerados pelo capital, e não somente a renda auferida por meio dos salários. Renda nacional se define pela medida do conjunto das rendas de que dispõem os habitantes de um país durante um ano. A riqueza nacional se define como o valor total, nos preços de mercado, de tudo aquilo que os habitantes de um país e seu governo possuem num dado momento. O capital, por sua vez, é definido como o conjunto de ativos não humanos que são passíveis de adquirir, vender e comprar em algum mercado. O autor simplifica, no texto, o uso desses termos, definindo “capital”, “riqueza” e “patrimônio” no intuito de que sejam vistos como sinônimos (Piketty, 2014, p. 53).

Na parte mais alta da distribuição das rendas, o que predomina no capitalismo do século XXI é a receita oriunda do capital, não dos salários recebidos das relações de trabalho. Algo análogo ao que ocorria na *Bel-le Époque* europeia, quando a propriedade desigual de ativos, ao invés da desigualdade salarial, fazia-se o substrato da disparidade das rendas. O refinamento de técnicas estatísticas faz com que se possa rastrear a concentração de renda e riqueza num período longínquo de tempo, e as abordagens de longo prazo ganham bastante fôlego. Há dados que

perpassam o início do século XX, no Reino Unido e nos Estados Unidos; outros chegam ao final do século XVIII, na França.

Nos Estados Unidos, a parte da renda nacional resguardada aos 10% mais ricos pode ser pensada através da imagem de uma curva em U. Antes da Primeira Guerra Mundial, o grupo de pessoas que consistia nos 10% mais rico ficava com 45-50% da renda nacional. No meio do século XX, a proporção reduziu-se até 30-35% pelos anos 1940, mantendo a desigualdade estável até 1970-1980. Só que de 1980 até os dias atuais, a parte da renda nacional que fica com o grupo dos 10% mais ricos cresceu bastante e alcançou patamares semelhantes ao início do século XX, cerca de 45-50% da renda nacional estadunidense (Piketty, 2014, p. 31).

Soma-se ao horizonte de retorno a parâmetros de desigualdade equivalentes ao passado uma possibilidade de retorno a uma espécie de capitalismo patrimonial, no qual os principais postos da economia mundial são preenchidos não por sujeitos merecedores e recheados de talentos, mas por grupos familiares que reproduzem as suas riquezas a partir da herança e se concretizam nos lugares de poder da riqueza mundial. A ideia de que com o crescimento de toda a economia todos os agentes ganhariam, aumentando a renda dos mais pobres e tornando o mundo um local mais equitativo, para Piketty debate-se desde a década de 1980 com a realidade empírica.

Os dados indicam que os integrantes do topo da escala de renda estão a se distanciar daqueles que integram as camadas mais baixas economicamente nas sociedades contemporâneas. A fonte de dados utilizada diz respeito aos registros tributários. Esses dados foram mesclados com outras fontes e aumentaram o escopo analítico. Nos Estados Unidos, há taxação sobre a renda desde 1913. No Reino Unido, desde 1909. Na França, dados sobre coleta de impostos, propriedades e seu detalhamentos remontam ao final do século XVIII.

Às portas da Primeira Grande Guerra, o continente europeu havia acumulado capital num nível seis ou sete vezes maior do que a renda de cada um dos seus países. Na sequência dos anos, entretanto, a destruição das suas cidades e o uso de recursos nos esforços provenientes da guerra acarretaram a redução desse acúmulo pela metade. Nos conhecidos “30 anos gloriosos”, posteriores à Segunda Guerra, a acumulação de capital passou a ocorrer outra vez, à medida que o crescimento econômico também se elevava consideravelmente. Esse fator foi relevante para que a razão entre o capital e a renda seguisse baixa. Foi nos anos 1970 que a desaceleração do crescimento econômico começou a tornar-se uma realidade, o que fez a razão entre capital e renda aumentar (Piketty, 2014, p. 32).

Outro detalhe a destacar da incursão à obra diz respeito ao trânsito do texto com a literatura do século XIX, tentando indicar a relevância das heranças naquele período. Os romancistas demonstravam, em suas obras, a importância de fazer parte do grupo de privilegiados que recebiam riquezas hereditárias. Balzac, por exemplo, em “Pai Goriot”, constrói personagens, como Vautrin, que a todo o momento sentenciam que nenhuma carreira profissional com extremo sucesso derivaria em mais do que uma pouca fração da fortuna passível de ser obtida com um matrimônio realizado com a filha de um homem rico (Piketty, 2014, p. 235).

De fato, a realidade atual distingue-se, em muitos aspectos, do período citado por Balzac em suas obras. Contudo, mesmo que os rendimentos do capital e a riqueza via herança estejam imiscuídos em outros elementos econômicos, tais fatores permanecem como geradores de desigualdade. Na França, a parte da riqueza que vem das heranças caiu durante as guerras mundiais e, sobretudo, no espaço de tempo posterior a Segunda Grande Guerra. Na década de 1970, chegou a menos de 50%. Desde então, retornou aos 70% e parece não parar de crescer (Piketty, 2014, p. 393). Hoje não estamos num cenário idêntico à *Belle Époque*,

afirma o autor, mas parece que cada vez mais a sorte de nascer numa família rica ou se casar com alguém de uma suplantará a conquista de um bom emprego. E talvez não pare por aí. No longo prazo, a era da preocupação com a igualdade pode perder ainda mais espaço.

A tese central do livro indica que, numa economia em que a taxa de rendimento sobre o capital é maior que a taxa de crescimento econômico ($r > g$), a riqueza herdada cresce com maior velocidade do que a riqueza produzida (Piketty, 2014, p. 555). As facilidades das famílias ricas, na comparação com as penúrias das classes populares não seriam, portanto, meros acidentes. Disso deriva que a concentração de riquezas decorrente desse processo não condiz com as ideias de justiça social. Daí surgiria mais dificuldade para o fortalecimento das democracias contemporâneas. Da forma como está, o capitalismo engendraria de modo automático o fomento da desigualdade e acabaria trazendo graves conturbações sociais.

Entretanto, não há consenso no assunto. Os posicionamentos hegemônicos nas ciências econômicas tendem a tratar o tema a partir do conceito de distribuição, inspirados na metodologia de Simon Kuznets, figura importante da economia estadunidense durante o século XX (Piketty, 2014, p. 18). Utilizando as informações disponíveis na época, suas evidências apontavam para o fato de que as sociedades se faziam mais desiguais nos primórdios da industrialização. Contudo, a desigualdade diminuiria, na medida em que tais sociedades consolidassem o sistema e atingissem um estágio de maturidade.

Piketty reconstrói a “Curva de Kuznetz” e demonstra que ela se inclina na direção oposta. No capitalismo, os dados históricos indicam inícios de industrialização recheados de desigualdade, que vão se dissipando com o passar do tempo, sobretudo no século XX. A partir do final do século passado, a desigualdade volta a crescer e, de certa forma, renega as certezas de que o fortalecimento das sociedades capitalistas carrega

intrinsecamente a redução das desigualdades. Grande parte dos modelos econômicos sustenta que a queda do crescimento econômico, evidência desde os anos 1970, resulta na queda do retorno sobre o capital. O autor contrapõe essa tese afirmando que r cairá menos que g . Se a elasticidade da substituição entre capital e trabalho for superior a um, ou seja, se for fácil trocar trabalhadores por máquinas, a lentidão do crescimento e a elevação da razão entre capital e renda propulsionarão a amplitude da distância entre r e g . Nesse cenário, haverá distribuição de renda, mas dos trabalhadores para os proprietários do capital. Pode, assim, não ser verdadeira a crença de que os mecanismos automáticos do mercado necessariamente evitariam a instabilidade do sistema social decorrente da situação acima exposta.

O redirecionamento pró-capital, na relação entre r e g , tenderia a fazer crescer a desigualdade, tendo em vista que a propriedade do capital sabidamente distribui-se de maneira mais desigual do que a renda originada do trabalho. A deterioração econômica prevista nesse ambiente em que r cresce mais que g , isto é, o ritmo do retorno sobre o capital excederia bastante o ritmo de crescimento, ultrapassaria meras consequências abstratas e atingiria o capitalismo contemporâneo nas suas relações práticas. A obra instiga a pensar que o passado pode devorar o futuro, visto que as sociedades, nesses moldes, tendem a ser dominadas pelas riquezas hereditárias, presas em pequenos grupos de pessoas ligadas por laços parentais.

A última parte da obra consiste numa espécie de sugestão de economia política aos agentes econômicos e governamentais. O apelo do autor repousa na aceitação de impostos globais sobre a riqueza, não somente sobre a renda. Sem uma política fiscal de impacto mundial, progressiva, que equilibre as contribuições dos mais ricos de acordo com as suas riquezas e dos demais espectros da sociedade de acordo com as suas

possibilidades, sobrariam poucas alternativas (Piketty, 2014, p. 556). A expectativa implícita na obra sugere que, se o crescimento econômico for satisfatório e o rendimento do capital for reduzido com veemência, é possível o estabelecimento de um capitalismo mais igualitário. O que não significaria a volta a uma era *keynesiana*, pois o poder global do capital atinge patamares muito fortes na atualidade.

Para o autor, o Estado provedor, conhecido por ser um Estado social, aparece na obra como um desafio contemporâneo dado e dificilmente plausível de ser desmontado completamente. A elevação permanente da parcela das rendas nacionais utilizadas pelos Estados nos serviços para a população é percebida como uma característica latente do capitalismo na atualidade. Não se trataria mais de um problema tributário tão somente, mas de questões percebidas como direitos das pessoas. Os Estados nacionais precisariam fomentar a capacidade de articular parcerias regionais que instituassem tributações inteligentes e progressivas sobre a riqueza.

Da economia política à Sociologia contemporânea

Concluída a visita pelo seminal trabalho de Thomas Piketty, não temos a intenção de discutir a validade ou os pilares da teoria econômica que subjaz à sua obra. Resta, para a Sociologia crítica contemporânea, salientar a importância da série histórica utilizada como material empírico e a objetividade dos argumentos do autor. Seria pouco, entretanto, se parasse por aí. Há a possibilidade de uma agenda a se pensar, um itinerário de pesquisa empírica e reflexão teórica que pode adicionar elementos importantes ao debate. Em sociedades cada vez mais complexas – organizadas sob o mercado competitivo, o Estado nacional e a sociedade civil –, os aspectos econômicos persistem com relevância inegável, mas não são donatários da possibilidade de explicação única dos fenômenos sociais.

Neste ponto, gostaria de resgatar a proposta do sociólogo brasileiro Jessé Souza (2012, 2015), na tentativa de entender a gênese e a legitimação da reprodução das desigualdades na modernidade tardia, central ou periférica, levando em conta que, em sociedades democráticas, a existência de privilégios requer justificativas (simbólicas) para que os mesmos possam se manter e se reproduzir. Como mostra Souza, aquilo que se tornou comum chamar de “economicismo”, a interpretação que atribui às relações econômicas, à renda e à riqueza material, a primazia sobre as demais dimensões acerca da vida social, não dá conta de responder ao problema citado acima. Seja com viés liberal ou marxista.

Para entender como ocorre a gênese e a legitimação da reprodução das desigualdades, uma agenda interessante para a Sociologia crítica atual, entender como se manifestam as instâncias simbólicas da justificação da desigualdade é uma tarefa promissora. Nesse desiderato, Souza (2012) edifica uma articulação entre a teoria dos capitais, de Pierre Bourdieu (2008, 2010), numa espécie de *topografia* do espaço social; uma *hierarquia moral* da modernidade, engendrada por Charles Taylor (2013); e a consequente formulação da noção de *subcidadania* (Souza, 2012), expondo daqueles aos quais são negados sistematicamente os acessos a uma vida com dignidade no Brasil.

Na proposta de Jessé Souza, a teoria dos capitais de Bourdieu ajuda a explicar como ocorrem as disputas simbólicas para legitimar os privilégios das classes médias e altas, objetivados nas suas posições de classe e no volume dos capitais que possuem. Desde a desigualdade na propriedade dos dois capitais mais importantes das sociedades modernas, o econômico e o cultural, cada um de nós opera na vida social e nos diferentes campos buscando ter acesso aos bens e recursos escassos. Esse “jogo” pelo acesso a bens e recursos se dá de maneira opaca e intransparente, não evidenciada, o que faz com que não percebamos cotidianamente o nosso papel nessas disputas e conflitos.

Como a desigualdade de propriedade dos dois capitais se incorpora em cada um de nós, para além das nossas posses? À noção de *habitus*, de Bourdieu (2008), cabe justamente responder a essa indagação. O *habitus* é a maneira como as estruturas sociais se imprimem na racionalidade e no corpo dos agentes, por meio da interiorização da exterioridade. Um sistema de disposições duráveis e intransponíveis, em que as múltiplas respostas às variadas situações são dadas a partir de um conjunto limitado de esquemas de ação e pensamento. É, em algum sentido, uma história incorporada, uma quase-natureza, um “sentido do jogo”. Justamente é o *habitus* que dá às práticas o caráter de independência relativa aos condicionamentos exteriores da realidade instantânea, ainda que limitada e forjada a partir de disposições para agir “produzidas” nas condições objetivas de vida dos agentes.

O *habitus* é um princípio gerador, incrementado com contidas improvisações mais ou menos duradouras. Reside na homogeneidade objetiva do *habitus* de grupos ou classes o produto das relativamente homogêneas condições de existência, fato que institui a possibilidade de as práticas serem exercidas sem o uso de cálculos estratégicos ou indicações conscientes a uma regra ou norma. O *habitus* configura-se como uma lei imanente impressa no corpo dos agentes por intermédio de semelhantes histórias. Um a um, os sistemas de disposições de cada agente atuam com as feições de variações estruturais uns dos outros, em que se manifestam as singularidades dos agentes nas suas classes e trajetórias. O *habitus* é uma estrutura estruturada e, ao mesmo tempo, uma estrutura estruturante (Bourdieu, 2008).

Aqui, parece-me relevante uma ressalva. Assim como Jessé Souza (2012) argumenta que falta à teoria social de Bourdieu uma incursão na *hierarquia moral* da modernidade, uma incursão à definição do que é o bem-viver e o que é que acreditamos ser o certo ou o errado, a crítica de

Frédéric Vandenberghe (2010) à Sociologia bourdiesiana também merece destaque. Vandenberghe nota dois pontos válidos de debate com Bourdieu: um que remete à ontologia e à epistemologia e outro concernente aos limites da noção de *habitus*.

A construção epistemológica da Sociologia de Bourdieu, segundo Vandenberghe (2010), garante força exagerada ao ato racional do pesquisador, dotado da necessidade de construir, racionalmente, o objeto de pesquisa sociológica, como se esse “objeto” só passasse a existir a partir do referido racionalismo aplicado do sociólogo – no que Bourdieu retoma Bachelard. Uma ontologia mais voltada para o realismo crítico poderia tirar a teoria de Bourdieu da falácia epistêmica, que reduz questões ontológicas a questões epistemológicas e submete em demasia o objeto aos ditames do investigador.

No que se refere à noção de *habitus*, Vandenberghe (2010) sugere uma abertura maior do conceito, a aceitação de que as disposições que o constituem não são tão fechadas ou limitadas em função das condições objetivas de classe. Em outras palavras, talvez o que Vandenberghe esteja pleiteando encontre uma ressonância ampla no trabalho de Bernard Lahire (2013), cuja noção de homem plural, a partir da ideia de disposições para a ação, apoia-se em Bourdieu, mas não fecha o “sentido do jogo” do *habitus* em esquemas de percepção e ação tão limitativos quanto a noção de Bourdieu sugere para alguns dos seus arguidores. Podemos pensar, também, que classes e práticas sociais, intermediadas pelo *habitus*, podem angariar contradições internas específicas da dinâmica do próprio capitalismo¹.

A proposta de Jessé Souza acrescenta à teoria dos capitais e à definição de *habitus*, de Bourdieu, aquilo que Charles Taylor (2013) chamou de identidade moral da modernidade. Taylor mostra que o indivíduo moderno se caracteriza pelo *self*, que pode ser pensado com base em

¹ Sobre esse debate, conferir: Sallum Jr., 2005.

dois princípios, pelo menos: o princípio da dignidade e o princípio da autenticidade. O *self* é o eu, e o eu é pontual, porque é “desprendido” de contextos específicos, sendo rearticulável através de ações metódicas e da disciplina. Toda uma gama de consequências sociais começa a se desenrolar a partir dessa nova forma de ver os sujeitos morais, garantindo o controle e a disciplina e “naturalizando” aquilo que viria a ser o modelo de sujeito liberal nas sociedades modernas. O momento decisivo foi a Reforma Protestante. Foi com ela que a caminhada de séculos dessa razão calculista, que enseja uma moral afastada das vontades se apegando à responsabilidade do indivíduo por si mesmo, e que se concretiza no conceito de *self* pontual, galgou a inserção na vida prática das pessoas comuns. As grandes mudanças provindas da Reforma redefinem a hierarquia social, colocando a família e o trabalho, domínios da vida social que quase todas as pessoas vivenciam, na ordem do dia das atividades superiores e com maior relevância. Isso se dá em função do caráter religioso que atravessa os reformadores. A crítica à mediação do sagrado pelos “representantes legítimos” da tradição religiosa cristã se conecta com a crítica ao conjunto da hierarquia social que fornece as bases para a sociedade como um todo.

É por essa via que a hierarquia social absorve o *self* pontual proposto por Taylor, essa categoria circunscrita historicamente e delimitada pela racionalidade calculista, pelo pensamento prospectivo, o autocontrole e o trabalho produtivo enquanto substrato da autoestima individual e do reconhecimento social. Mais do que isso, o *self* pontual fratura o indivíduo na busca pela sua individualidade autêntica, ao mesmo tempo em que a busca pela dignidade particular e coletiva exige uma postura autocentrada, reflexiva, disciplinada, autocontrolada e com pensamento prospectivo. O princípio da dignidade, expresso na moral moderna, fundamentaria de forma implícita o reconhecimento social.

Com a incorporação das disposições que operam os capitais em jogo por parte dos agentes, situados numa sociedade em que cada um de nós deve ser autocentrado e prospectivo, Jessé Souza (2012; 2015) identifica o abismo entre as classes populares e as classes médias e altas. Suas pesquisas empíricas indicam que, nos setores mais vulnerabilizados da população brasileira, desenvolve-se uma espécie de *habitus* precário, no qual não se incorporaram de modo fluente os valores da moralidade moderna. Assim, assistimos ao cotidiano em que uma grande massa de brasileiros se vê perante uma vida mergulhada na *subcidadania*, em que a legitimação da reprodução de privilégios pouco ou nada é contestada, para o benefício de alguns poucos.

A existência dos excluídos, dos desclassificados sociais, para Jessé Souza denota uma semelhança evidente entre as sociedades modernas espalhadas pelo globo. Essas formações sociais têm em comum mais do que o fluxo de capitais e a troca incessante de mercadorias, elas têm em comum uma “hierarquia moral”, pelo menos nos seus traços mais gerais, que indica quem será classificado como “digno” ou “indigno” de respeito e reconhecimento, seja na cabeça das pessoas ou no funcionamento das instituições. Há aí uma obliteração problemática, no que tange à dimensão simbólica da modernidade, que não permite uma visualização transparente e mantém inarticulada a sua estrutura hierárquica.

Os argumentos sustentados até agora têm a ver com a procura por desnudar conflitos sociais e lutas de classe que insistem em permanecer intransparentes, o que leva à invisibilidade. Trata-se de uma luta de classes que mesmo o marxismo tende a não conseguir sintonizar, posto que o marxismo parece seguir preso ao léxico da “mobilização” e da “captação de mobilizáveis” no escopo da sindicalização e das organizações político-partidárias. As classes desprovidas da “consciência de classe”, desclassificadas lance após lance do jogo social, e imersas no vazio do

não-aprendizado da incorporação das disposições para crer e para agir, resistem sob o jugo de uma exploração abissal, que o desprezo social pelos seus membros direciona para a invisibilidade e a completa exclusão. A incumbência máxima da Sociologia crítica pode ser, precisamente, fazer visíveis as relações de dominação que constituem o substrato da reprodução simbólica do moderno capitalismo.

Considerações Finais

Thomas Piketty, com “O Capital no Século XXI”, demonstra que a questão das desigualdades de renda e riqueza ainda constitui pauta central para as Ciências Sociais e os debates públicos. A leitura da obra do economista francês se faz muito relevante para os nossos tempos. Ainda mais se, interessado numa agenda para a Sociologia crítica contemporânea, o leitor parta dela para uma procura posterior – a procura por entender como ocorre a gênese e a legitimação simbólica da reprodução das desigualdades nos dias de hoje. Essa pode ser uma incumbência teórica e empírica valiosa, no tocante aos estudos sobre desigualdade.

Bernardo Caprara é professor na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

 bernardo.caprara@gmail.com

Referências

1. BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
2. BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2008.
3. LAHIRE, B. O singular plural. **Cadernos do Sociofilo** - Quarto Caderno, IESP/ UERJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, dezembro de 2013. Disponível em: http://sociofilo.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2013/12/2_Lahire.pdf. Acessado em 01/02/2016.
4. MILANOVIC, B. **Global income inequality by the numbers**: in history and now – an overview. Policy Research Working Paper 6259, The World Bank Development Research Group, Poverty and Inequality Team, pp. 2-28, November 2012.
5. PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
6. SALLUM Jr., B. Classes, cultura e ação coletiva. **Lua Nova**, São Paulo, 65, pp. 11-42, 2005.
7. SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.
8. SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
9. TAYLOR, C. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 2013.
10. THERBORN, G. **Inequalities and Latin America**. From the Enlightenment to the 21st Century. *desigualdades.net Working Paper Series*, Berlim, v. 1, n. 1, pp. 9-32, 2011. Disponível no endereço: <http://www.desigualdades.net/Resources/Working_Paper/WPTherbornOnline.pdf> Acessado em 01/02/2016.
11. VANDENBERGHE, Frédéric. **Teoria social realista**: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Recebido: 23.08.2016

Aceito: 05.10.2016